

FOLHA DE S. PAULO

HÁ 100 ANOS ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 101 ★ Nº 33.747

QUARTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2021

R\$ 5,00

Cenário é de Bolsa instável com política, tributo e Covid

O impasse no cenário político e fiscal do Brasil tem gerado maior volatilidade para o Ibovespa, principal índice acionário do país.

Investidor pessoa física retirou R\$ 1,2 bilhão da Bolsa só na semana passada, quando o Ibovespa acumulou queda de 2,59%. O quadro, somado a juros mais altos, medo com variante delta e noticiário internacional, traz oscilações na Bolsa nacional, dizem analistas. Mercado A17

Antonio Delfim Netto Fim de feira na reforma tributária

Em um dos temas que mais têm poder de afetar a organização do sistema econômico, o Executivo deixa transparecer a posição de passageiro e falha, até agora, em conduzir e traçar limite ao que é possível e aceitável em termos de economia. Opinião A2

Incêndios no Pantanal não igualam recorde

Reportagem reproduziu dado errado de sistema de monitoramento de áreas queimadas no bioma. B5

Biden acelera saída de Cabul após ameaça do Talibã

Pressionado, o presidente dos Estados Unidos decidiu manter até 31 de agosto a presença de forças americanas no Afeganistão. Países do G7, grupo dos mais desenvolvidos, concordam em negociar com os talibãs, que tomaram Cabul no dia 15. Mundo A14

'Bolsonaro da África' é recebido no Planalto

Presidente da Guiné-Bissau participou de cerimônia e foi chamado de irmão por Jair Bolsonaro. A15



Charlie Watts se apresenta em Hamburgo, Alemanha, na turnê "Stones - No Filter" Carsten Rehder-9.set.17/DPA/AFP

Ilustrada C1 So long, Charlie

Charles Robert Watts, o baterista elegante que imprimiu em gerações o ritmo das 373 canções dos Rolling Stones, morreu aos 80 ontem em Londres. A causa não foi revelada.

Bolsonaro é instruído a ignorar reunião com governadores

Círculo do presidente avalia que encontro, em meio a acirramento de tensões, daria holofotes a adversários

AMEAÇA AUTORITÁRIA

Assessores do presidente Jair Bolsonaro o aconselham a recusar o pedido dos governadores estaduais por um encontro na próxima semana e a abertura de diálogo. Embora defendam a moderação do chefe do Executivo, esses ministros avaliam que a reunião colocaria demasiada evidência em possíveis rivais do titular na campanha presidencial — casos de João Doria (PSDB-SP) e Eduardo Leite (PSDB-RS).

Uma conversa entre Doria e Bolsonaro, que frequentemente se atacam, é considerada contraproducente.

A relação entre o Planalto e os gestores estaduais tem piorado rapidamente ante a má gestão da pandemia — com constantes trocas de ataques — e embates acerca do ICMS. Ainda assim, uma parte dos governadores diz crer que a reunião seja possível e conta com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), para concretizá-la.

Os governadores temem as manifestações convocadas por entusiastas bolsonaristas para o 7 de Setembro e insufladas pelo próprio presidente com o acirramento contra as instituições, sobretudo em sua campanha contra o sistema eleitoral, que mira as eleições do próximo ano. Poder A4

Oposição antibolsonaro pressiona Doria para realizar ato na av. Paulista no 7 de Setembro A7

EDITORIAIS A2

O fracasso Bolsonaro

Decorridos dois terços do governo Jair Bolsonaro, o saldo é um fracasso inegável e, tudo indica, irreversível. Não se vê agenda que permita ao país encerrar 2022 em condições melhores que as herdadas pelo mandatário.

Retrocessos predominam nas diversas pastas do Executivo, notadamente em Educação, Saúde e Meio Ambiente. Se a área econômica preserva o que resta de racionalidade na administração, sua credibilidade desabou.

O malogro se deve ao despreparo e à indolência, não a sabotagens imaginárias. A perspectiva de derrota nas urnas, que desencadeou toda a gritaria golpista, decorre tão somente da constatação do óbvio pelo eleitorado.

Senado confirma recondução de Aras à PGR por mais 2 anos

O plenário do Senado aprovou, por 55 votos a 10, a recondução do procurador-geral da República, Augusto Aras, para mais dois anos à frente da PGR. Ele foi sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça, que também votou a seu favor, e não enfrentou dificuldades.

Aras teceu duras críticas à Operação Lava Jato e atacou diversas vezes a imprensa.

Reconheceu ainda que houve "ameaças reais" a ministros do STF. Poder A10

Análise Igor Gielow Sabatina lembra como as coisas são em Brasília A10

MEC deixa de usar R\$ 220 mi para conectar escolas

Em plena pandemia, quando a internet se tornou crucial no ensino remoto, o Ministério da Educação não gastou nenhum centavo do orçamento de 2021 de programa que leva internet a escolas públicas do país. Procurada, a pasta não respondeu. Cotidiano B1

tóquio 2020

Cerimônia com metáforas aéreas marca início das Paraolimpíadas B6

Filipe Oliveira Como seria tabela de Neymar e Messi de olhos vendados? B6

CBF descarta assédio de Cabloco e abre brecha para retorno

Esporte B6

Total da população vacinada

	ao menos uma dose*	totalmente vacinada**
Brasil	61,1%	26,8%
MS	71,9%	41,3%
SP	74,4%	33,7%
RS	66,6%	32,9%

Totalmente vacinada



	1ª	2ª	única
Brasil	125,3 mi	52,7 mi	4,1 mi
1ª SP	33,3 mi	14,5 mi	1,1 mi
2ª MG	12,4 mi	5 mi	474,8 mil
3ª RJ	9,7 mi	4,2 mi	319,9 mil

Dados das 20h de 24 ago
* Tomou dose única ou 1ª dose
** Tomou dose única ou 2ª dose
*** Em relação a 14 dias

folha.com/porqueiraospaco

semináriosfolha

Por que ir ao espaço?

WEBINAR

Abertura

Charles Duke astronauta da Apollo 16

Como a nova corrida espacial promovida por vários países pode afetar na vida de quem está aqui na Terra.

AMANHÃ
15h às 17h

Saiba mais na página A9

EVENTO GRATUITO

Patrocínio: **Embratel** SUA EMPRESA NO PROPRIO NÍVEL

Agência: **Santander**

Realização: **FOLHA100**

Variante lambda ganha espaço na América do Sul

Enquanto a delta avança no mundo, uma cepa detectada no Peru parece mais resistente a vacinas C3

Após Alemanha e França, Espanha recebe brasileiros 100% vacinados

Mundo A15

EDITORIAIS A2

Demarcações em xeque Sobre julgamento do STF relativo a terras indígenas.

ISSN 1414-5723
9 771414 572070 3 3 7 8

mercado

Indefinição política, fiscal e sanitária mantém cenário instável para Bolsa

Bolsa se recupera de semana tensa e sobe 2,3%, e dólar fecha dia em queda de 2,2%, a R\$ 5,26

Isabela Bolzani e Clayton Castelani

SÃO PAULO As incertezas sobre as questões políticas e fiscais do Brasil têm trazido uma maior volatilidade para o Ibovespa, principal índice acionário do país.

A expectativa de analistas é que essas indefinições, somadas ao ambiente de juros mais altos, ao noticiário internacional e aos temores sobre a variante delta do coronavírus, continuem a trazer oscilações para a Bolsa brasileira ao longo dos próximos dias.

Diante do cenário, investidores pessoas físicas retiraram R\$ 1,2 bilhão da Bolsa só na semana passada, quando o Ibovespa acumulou queda de 2,59%. Os investidores institucionais terminaram com saldo negativo no período, de R\$ 5,2 bilhões.

As vendas também superaram as compras de ativos entre os clubes de investimentos e as instituições financeiras, que fecharam com saldo negativo de R\$ 190,9 milhões e de R\$ 549,2 milhões, respectivamente.

No total, considerando todos os investidores, o saldo das negociações na Bolsa ainda ficou positivo na semana em R\$ 91,8 milhões — resultado da entrada de R\$ 5,2 bilhões de capital estrangeiro, de R\$ 2,1 bilhões por parte de empresas públicas e privadas e de R\$ 20,3 milhões por outros tipos de investidores que aproveitaram que as ações estavam baratas para ir às compras.

“Ontem [semana passada] era um caos global, e hoje parece que estamos vivendo na Suíça”, disse o diretor de renda variável da Veedha Investimentos, Rodrigo Moliterno.

Apesar de continuarem no radar os temores sobre um retrocesso econômico — que tingiram o Ibovespa de vermelho na maior parte da semana passada —, a melhora da sinalização sobre as questões fiscais deu uma nova injeção de ânimo no mercado brasileiro.

Nesta terça-feira (24), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o Congresso buscará alternativas para garantir a responsabilidade fiscal em meio ao impasse envolvendo o pagamento de R\$ 89 bilhões em precatórios em 2022 e, apesar de ter reconhecido a dificuldade em votar o texto do projeto que muda o Imposto de Renda, disse que não é um processo impossível.

Precatórios são dívidas do governo reconhecidas pela Justiça. A afirmação ajudou a Bolsa brasileira a subir 2,33% nesta terça, para 120.210 pontos. O dólar encerrou o dia em queda de 2,23%, a R\$ 5,2610.

“As falas de Lira ajudaram a aliviar a pressão sobre os juros e sobre o dólar, fazendo com que as ações fossem bem no pregão desta terça. Mas, apesar desse alívio em relação às dívidas sobre o tema fiscal, a volatilidade [na Bolsa] deve continuar porque ainda temos muitas indefinições no país”, disse o analista da Terra Investimentos, Régis Chinchila.

O mercado brasileiro também foi beneficiado pelo otimismo global gerado pela aprovação total da vacina contra Covid-19 da Pfizer-BioNTech nos Estados Unidos e a valorização de commodities.

“A aprovação final da Pfizer pode aumentar a aceitação da vacina nos Estados Unidos e em outros países”, diz Fernanda Consorte, economista-chefe do Banco Ourinvest. “Isso pode significar menor propagação do vírus e é positivo para a economia global”, avalia.

“Contratos futuros de minério de ferro tiveram recuperação na China, e isso impulsionou ações da Vale, da Siderúrgica Nacional, da Usiminas, assim como as ações da Gerdau”, diz Flávio de Oliveira, head de renda variável da Zahl Investimentos.

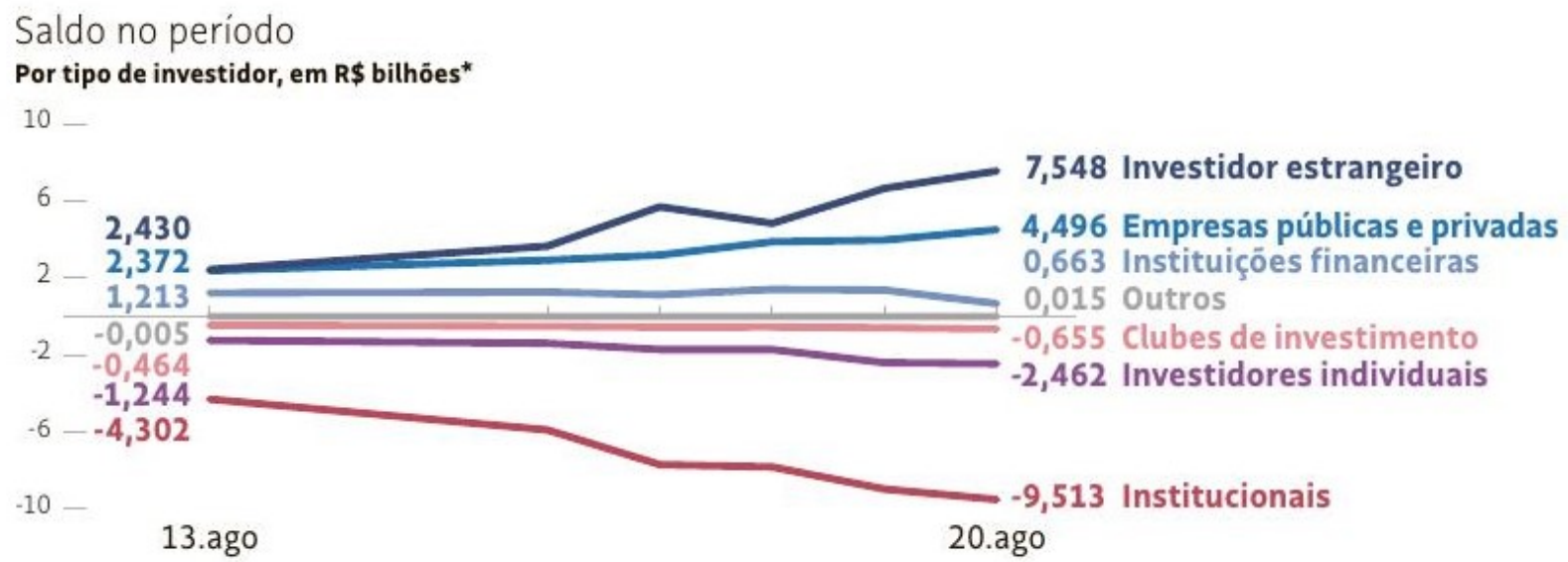
Segundo o analista da Clear Corretora, Rafael Ribeiro, os investidores aproveitaram para comprar ações baratas, o que contribuiu para impulsionar o índice.

Entre os destaques positivos, a Vale subiu 3,65%, apoiada na recuperação dos preços do minério de ferro. A Petrobras fechou com elevação de 2,07%, ampliando os ganhos da véspera, em outro dia de alta dos preços do petróleo no mercado, com o Brent subindo 3,35%, ante perspectivas mais positivas para a demanda da commodity.

As ações da Gol saltaram 10,97%, em sessão positiva para ações do setor de viagens, mais um reflexo da aprovação da vacina. Azul (7,3%), CVC Brasil (6,38%) e Embraer (8,13%) acompanharam esse movimento.

As Lojas Americanas avançaram 11,81%, com o clima mais comprador apoiando alguma recuperação, embora ainda acumulem perda de 17% em agosto, na esteira de ajustes relacionados à fusão de de-

Participação dos investidores no volume total da Bolsa



“Ontem [semana passada] era um caos global, e hoje parece que estamos vivendo na Suíça”

Rodrigo Moliterno
diretor de renda variável da Veedha Investimentos

terminados ativos da companhia com a antiga B2W, agora chamada Americanas.

“Além de vermos um aumento dos investidores estrangeiros na semana passada, a Bolsa também testou os 116 mil pontos e vimos várias empresas e setores com múltiplos interessantes [mais baratas], o que ofereceu um ganho de compras”, disse Ribeiro. “Agora resta ver como será a manutenção desse fluxo, que depende de uma redução do ruído político para ajudar no andamento da agenda de reformas”, disse o analista.

Os papéis dessas empresas acabaram ficando baratos depois das fortes quedas vistas entre 16 e 20 de agosto, quando o Ibovespa inverteu o sinal positivo que vinha carregando e acumulou uma perda de 0,81% no ano até a sexta (20). Na semana passada, o índice acumulou perda de 2,59%.

Com a alta desta terça, a Bolsa passou a acumular ganhos

de 1% em 2021.

“Tivemos uma maior percepção de risco na semana passada, principalmente pelas questões políticas, econômicas e fiscais no Brasil, que acabaram deixando os investidores locais preocupados. Sem uma definição clara e com o aumento dos juros no mercado interno, houve uma saída de capital”, afirmou Chinchila.

Além da instabilidade doméstica, parte da explicação para o tombo da Bolsa veio do receio de uma diminuição do ritmo de recuperação econômica no mundo, que ganhou força depois que as duas maiores potências mundiais (EUA e China) trouxeram dados fracos de consumo, vendas e produção.

Outro ponto de atenção entre os investidores é a manutenção dos estímulos monetários por parte do Federal Reserve (Fed) e o banco central americano e o simpósio anual que esse órgão fará ain-

da nesta semana.

Há ainda outras pautas no radar dos investidores, como a reforma tributária e uma maior tendência de alta da taxa básica Selic por parte do Banco Central, como forma de tentar conter os avanços da inflação no país.

O banco Original, por exemplo já espera que a taxa, hoje em 5,25% ao ano, feche 2021 a 8% “diante da percepção de mais riscos inflacionários para o ano que vem e do “compromisso inequívoco” do BC com a convergência das expectativas para a meta no horizonte relevante de política monetária, escreveu em relatório.

A crise política gerada por Jair Bolsonaro, que tem colocado em descrédito o processo eleitoral e confrontado ministros do STF, continua a pesar na percepção do investidor.

“Mas acredito que toda essa incerteza no cenário doméstico possa dar uma acalmada agora no início de setembro, com uma conciliação para a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2022. Isso deve pelo menos levar um desfecho final à questão fiscal”, completou o executivo.

Tento fazer o mercado olhar além do ruído fiscal, diz Campos Neto

BRASÍLIA E SÃO PAULO Após seguidos alertas sobre os efeitos do risco de desajuste das contas públicas nas expectativas de inflação, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, amenizou o tom e afirmou que tem tentado fazer com que o mercado olhe além do ruído fiscal.

Segundo ele, os números mostram que a situação das contas públicas do país é melhor do que as expectativas dos agentes econômicos.

“Tentei chamar a atenção para que os agentes de mercado olhem além do ruído [fiscal], que de fato mostra que o pano de fundo está melhor. Foi isso que tentei fazer nas últimas falas”, argumentou em evento promovido pela XP nesta terça-feira (24).

Em suas falas anteriores, o presidente do BC alertou sobre os efeitos dos ruídos fiscais nos principais indicadores econômicos, como as expectativas de inflação e nas projeções para o PIB de 2022.

“A gente vê claramente quando vemos dados de tempo real que notícias que passaram essa percepção [de piora fiscal] para o mercado tiveram grande influência no preço. Hoje mesmo presidente da Câmara [Arthur Lira] fez um discurso muito duro em relação à disciplina fiscal e vimos o efeito nos mercados. Então mostra de fato uma sensibilidade ao tema, não é uma opinião do BC.” Larissa Garcia e Douglas Gavras

Lira e Fux se reúnem para discutir a PEC dos precatórios

Matheus Teixeira e Danielle Brant

BRASÍLIA O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, afirmou ao deputado Arthur Lira (PP-AL), que comanda a Câmara, que a corte deverá aguardar uma definição a respeito da PEC (proposta de emenda à Constituição) sobre o parcelamento dos precatórios no Congresso antes de tomar uma decisão sobre o assunto.

Fux e Lira se reuniram na tarde desta terça-feira (24), em encontro que não estava previsto nas agendas de ambos, para discutir o tema. Ao final, o presidente da Câmara se limitou a afirmar que está em busca de uma solução para a questão.

Já o Supremo soltou uma nota em que afirma que o presidente da corte “sugeriu” a Lira que o STF irá aguardar “o andamento da PEC no Congress-

so”, para só depois definir se instala uma mesa de negociação entre estados e governo federal para negociar o parcelamento das dívidas judiciais entre os entes da Federação.

Ao retornar à Câmara, Lira afirmou que a discussão versou sobre as possibilidades de construir, além das alternativas legislativas, uma mediação para acabar com o que chamou de “versões” sobre instabilidade econômica.

“Isso é muito ruim para o Brasil”, disse.

Segundo ele, Fux está esperando uma posição do Legislativo. “Nós vamos ter ainda reuniões com a Casa Civil, com o governo, para ajustar qualquer outra possibilidade, que também será através de PEC, se for o caso, ou dessa”, afirmou. “Mas sempre tendo a possibilidade de haver o instituto da mediação no Supremo para resolver junto ao CNJ.”

Lira afirmou que a única

possibilidade que não está dada é de rompimento do teto. “Estamos tentando ainda construir a saída plausível, mais correta, mais justa. Não há como você ter sobressaltos, como houve aí de uma quantidade desse tamanho de precatórios que pode inviabilizar todo o discricionário do ano que vem”, disse. “Não há possibilidade de calote e não há possibilidade de furar o teto.”

Durante o evento Expert XP nesta terça-feira, a ministra da Segov (Secretaria de Governo), Flávia Arruda (PL-DF), disse que a solução para o pagamento dos precatórios precisa ser costurada entre os três Poderes. A ideia é evitar “insegurança jurídica.”

Arruda disse que o texto da PEC ainda pode ser modificado no Congresso. “Mas é importante dizer que a responsabilidade fiscal e com o teto é premissa de que não abrimos mão”, declarou a ministra.

Na semana passada, a AGU (Advocacia-Geral da União) pediu ao STF que suspendesse o pagamento da dívida de R\$ 8,7 bilhões que o Executivo federal tem com a Bahia e sinalizou que fará solicitação similar em relação a Pernambuco, Ceará e Amazonas. Ao todo, o montante em discussão chega a R\$ 15,6 bilhões, o equivalente a 26% do total em precatórios que o governo tem a pagar em 2022.

Além de requerer a suspensão do pagamento relativo ao Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), a AGU também pediu para a Fux que abrisse uma mesa de conciliação com os estados para as partes negociarem, por exemplo, um pagamento parcelado do valor que a União deve aos entes da federação.

Outra preocupação do governo diz respeito a uma even-

tual decisão do STF no sentido de declarar inconstitucional uma proposta que permita o pagamento parcelado dos precatórios previstos para o ano que vem.

Esse cenário é temido pela equipe econômica porque a PEC tem sido vista pelo Executivo como uma solução para ampliar as despesas sem estourar o teto de gastos. Caso o Congresso aprove e o STF não derrube a medida, o governo estará autorizado a parcelar em dez anos todos os precatórios com valor superior a R\$ 66 milhões.

Ela também cria uma regra temporária para parcelar débitos sempre que o valor desses passivos superar 2,6% da receita líquida. Para 2022, está previsto o parcelamento de todos os débitos judiciais com valor superior a R\$ 455 mil.

Na avaliação da IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado), o texto

representa uma burla ao teto de gastos e abre caminho para a criação de um Orçamento paralelo.

A nota técnica conclui que os efeitos negativos da PEC sobre os juros e a dívida pública serão relevantes e poderão anular potenciais ganhos de curto prazo promovidos pelo texto do governo.

